ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. "*Ata da Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Dois da Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 2.936/2024, do Ministério da Educação; Ofício nº 2.025/00269, da Infraero Aeroportos; Ofícios nºs 18.100, 18.114, 18.123, 18.127 e 18.135/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 382, 18.562, 18.734 e 18.767/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 01/2024, da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 4.312/2025, da Secretaria de Estado de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 3.360 a 3.369 e 3.445/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício nº 206/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 742/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 206/2024, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande; Ofícios nºs 4.077 e 4.129/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Cartas nºs 1.120, 1.122, 1.146, 1.147 e 1.168/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul; e-mail da Fundect Mato Grosso do Sul.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Mara Caseiro e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Neno Razuk, Gleice Jane, Lucas de Lima e Jamilson Name.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Não houve oradores inscritos.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Waldir Robacow; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Getúlio Fumio Kuwakino; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada aos familiares de José Evaldo de Oliveira; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Sivonei Narcisa Santin; requerimentos de moção de pesar, de autoria dos deputados Professor Rinaldo e Junior Mochi, endereçadas aos familiares de Niva Nunes Ribeiro; requerimento*

de moção de louvor, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Valdir Couto de Souza Júnior, ex-presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), e a toda diretoria, pela gestão, nos anos de 2021 a 2024, à frente da instituição, garantindo conquistas e avanços nas pautas municipalistas para todos os setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos senhores desembargadores Dorival Renato Pavan, Fernando Mauro Moreira Marinho e Ruy Celso Barbosa Florence, pela eleição e posse, respectivamente, como presidente, vice-presidente e corregedor-geral de Justiça, para exercerem a administração do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul no biênio 2025-2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos senhores conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul Flávio Esgaib Kayatt, Jerson Domingos e Marcio Campos Monteiro, pela eleição e posse, respectivamente, como presidente, vice-presidente e corregedor-geral para exercerem a administração da Corte do Tribunal de Contas no biênio 2025-2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos senhores desembargadores Carlos Eduardo Contar e Sérgio Fernandes Martins, pela eleição e posse, respectivamente, como presidente, vice-presidente e corregedor regional eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Thalles Henrique Tomazelli, prefeito de Itaquiraí, e a toda diretoria, pela posse, no biênio 2025-2026, como presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul); requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia no dia 21 de fevereiro de 2025, das 13h30min às 17h, para a realização da Reunião Ampliada do Conselho Estadual dos Direitos Humanos; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia, para a realização da Audiência Pública "Desafios e Perspectivas na Implementação da Lei Federal nº 15.100/2025", a ser realizada no dia 10 de março de 2025; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando que seja criada, pela Mesa Diretora, a Comissão Temporária de Representação para Monitoramento e Acompanhamento das Demandas e Reivindicações do Movimento de Mães Atípicas de Campo Grande; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, Rodoferroviária e Energética; requerimento de informações, de autoria dos deputados Zeca do PT e Lucas de Lima; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane, João Henrique, Jamilson Name, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Lidio Lopes, Paulo Duarte, Lucas de Lima, Pedro Kemp, Professor Rinaldo e Junior Mochi. ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco".* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 11 de fevereiro de 2025: Ofício nº 5.248/2024, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3.803/2024); Ofícios nºs 2.906 e 2.917/2024, do Ministério da Saúde, respondendo às indicações do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3.729, 0396/2024); Ofício nº 37/2025, do Ministério da Saúde, respondendo ao requerimento da

deputada Gleice Jane (Prot. nº 3.560/2024); Ofício nº 1.178/2025, do Ministério da Defesa, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3.865/2024); Ofício nº 16.219/2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, respondendo à moção de congratulação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 2748/2024); Ofício nº 177/2025, do Ministério do Planejamento e Orçamento, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3.865/2024); Ofícios nºs 2 e 112/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, respondendo às indicações da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2.700, 3.542/024); Ofício nº 12/2025, do Ministério Público Federal, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 138/2024); Ofício nº 3/2025, da Fundação Cultural Palmares, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3.695/2024); Ofício nº 2.223/2025, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, comunicando a esta Casa a celebração do Convênio CNPQ/Fundect nº 968.032/2024 – Programa PPSUS (Prot. nº 0064/2025); Ofício nº 439/24, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 3.990/2024); Ofício nº 18.131/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp; Ofício nºs 18.320 e 18.325/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, respondendo à indicação dos deputados Paulo Duarte, Gleice Jane e Lia Nogueira; Ofício nº 2.945/24, do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado João Henrique (Prot. nº 2.547/2024); Ofício nº 280/24, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 3537/2024); Ofício nº 86 e 802/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima e Professor Rinaldo (Prot. nº 3536, 3721/2024). Senhor presidente, está lido o expediente, conforme sua solicitação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Gostaria de consultar, daqui a um pouquinho, os líderes dos blocos, para assinatura da definição da CCJR... Deputado Jamilson já chegou? Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar duas indicações. A primeira é endereçada ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a limpeza do entorno da Lagoa Itatiaia. Moradores do bairro Tiradentes, e região, buscaram o nosso mandato pedindo a limpeza do entorno da Lagoa Itatiaia, porque o local é muito utilizado pela população como opção de lazer e para a realização de práticas esportivas; no entanto, encontra-se com a vegetação bastante alta, dificultando a utilização do espaço pelos moradores, além de ficar propícia para o acúmulo de lixo e para a proliferação de animais peçonhentos. A outra indicação também é endereçada ao senhor Marcelo Miglioli, solicitando a recuperação asfáltica da rua 14 de Julho, no trecho que liga a rotatória da avenida Mascarenhas de Moraes ao ginásio poliesportivo Dom Bosco de Campo Grande. Esse é um trecho de intenso fluxo de veículos, tendo em vista a existência de diversos condomínios na região, além do próprio poliesportivo, a Escola Municipal João de Paula Ribeiro e o Ceinf Lucia Ângelo de Castro Costa. A reclamação dos moradores da

comunidade escolar é de que o asfalto se encontra bastante deteriorado, o que piorou depois das últimas chuvas, atrapalhando o trânsito, causando danos aos veículos e causando riscos de acidentes. Senhor presidente, era o que tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, quero apresentar um projeto de lei, determinando que as unidades de saúde credenciadas no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como as unidades da rede privada de saúde, ofereçam leitos separados para as mães de natimorto e mães com óbito fetal no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1°- As unidades de saúde credenciadas no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a rede privada de saúde, deverão oferecer às parturientes de natimortos acomodação em área separada das demais mães. Parágrafo 1º - A separação de que trata o caput deste artigo também se estende às parturientes que tenham sido diagnosticadas com óbito fetal e estejam aguardando a retirada do feto. Parágrafo 2º - As unidades de saúde citadas no caput deverão garantir à parturiente de natimorto e às diagnosticadas com óbito fetal o direito de contar com um acompanhante de escolha da parturiente durante o período de internação. Artigo 2º - Caso seja necessário, tanto as parturientes de natimorto como também as com óbito fetal deverão ser encaminhadas pela unidade de saúde respectiva para acompanhamento psicológico, na própria unidade, ou, em caso de não haver profissional habilitado no estabelecimento, à unidade mais próxima de sua residência. Artigo 3º - A redação da presente lei deverá ser exposta em cartaz, escrita de forma ostensiva e de fácil visualização nos setores da maternidade das unidades de saúde a que se refere o caput do artigo 1º. Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada, líder da bancada do PT, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Venho dizer que hoje é o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, dia importante para comemorar a participação das mulheres, não só das mulheres, mas das meninas que estão estudando ainda no ensino fundamental e no ensino médio, que começam a iniciação na Ciência. Quero apresentar alguns dados do Estado de Mato Grosso do Sul. Encaminhamos um requerimento à Fundect, solicitando informações e constatamos que ainda precisamos atingir a igualdade entre homens e mulheres: mais de 60% do recurso do Estado ainda são utilizados para atender os homens na Ciência. Precisamos fazer um bom debate e ampliar essa igualdade de homens e mulheres na Ciência no Estado de Mato Grosso do Sul. Quero apresentar um requerimento de informação, encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, com alguns questionamentos. Quais foram os critérios de escutas adotadas para os estudantes do nono ano do ensino fundamental com relação à Educação Profissional e Técnica (EPT)? Como

se deu a definição dos critérios de escuta e posteriores escolha, pelos estudantes, para a respectiva área de formação dentro do escopo oferecido? Como se deu a escolha dos cursos EPT a serem cursados em 2025? De que forma será garantido o atendimento adequado aos estudantes da educação especial na EPT? EPT significa "ensino profissionalizante" [sic], essa é uma sigla que tem sido utilizada pela Secretaria de Estado de Educação e, neste ano, alguns diretores conversaram conosco, porque, no ano passado, houve uma orientação de que era para conversar com os alunos dos nonos anos, que, ao iniciarem o ensino médio, poderiam escolher qual disciplina, qual unidade de ensino profissionalizante que a escola iria escolher. Foi feita toda essa discussão com o nono ano e, estranhamente, na matrícula dos primeiros e segundos anos, os alunos tiveram que "clicar", tinha algo para clicar na EPT, mas não explicava o que era EPT! Os alunos tinham que — para dar sequência na matrícula — clicar em uma das opções das disciplinas dos itinerários formativos, uma delas era a EPT, a qual eles não sabiam o que era, e eles "clicaram"! Com isso, foram criadas muitas turmas de ensino profissionalizante, mas, as escolas não têm condição de atender a essa demanda! Como será realizado esse ensino, uma vez que o Estado tem terceirizado essa modalidade de ensino? Preocupa-nos, também, como será o atendimento aos estudantes que são alunos da educação especial. Sobre os alunos dos nonos anos, eles fizeram a escolha sabendo o que estavam fazendo, mas, os alunos dos primeiros e dos segundos não foram informados de que não terão diploma de ensino profissionalizante, porque não vai dar tempo de terminar! Já iniciaram o ensino médio e não vão conseguir o diploma. Houve um processo um pouco confuso, em que os alunos optaram por fazer o ensino profissionalizante sem saber que vão fazer, vão perder conteúdo do ensino regular e não vão ter um diploma do ensino profissionalizante. Isso nos preocupou bastante e queremos ouvir da SED qual foi o plano adotado para isso e como isso vai seguir. Os alunos que clicaram de forma equivocada vão poder rever isso? Porque eu acho que os alunos têm que saber o que estão fazendo e, neste momento, entendemos que eles foram enganados. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Senhor presidente, trago hoje, na verdade, a reiteração de um requerimento. Queria chamar a atenção do deputado Marcio Fernandes. Estou fazendo, estou reiterando um requerimento que foi feito em fevereiro, na verdade, foi feito o ano passado, para a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), perguntando sobre dúvidas e, até certa forma, manifestando a indignação das pessoas que estão sendo atendidas na faculdade, no atendimento veterinário. A UFMS faz o atendimento... Inclusive, faz parte da graduação e da formação dos alunos o atendimento no Hospital Veterinário da UFMS. Os valores que têm sido cobrados das pessoas que vão fazer o atendimento são altíssimos, semelhantes ao que é pago em clínicas particulares para atender famílias de baixa renda. Entendo que possa ter algo errado, por se tratar de uma universidade federal, esse atendimento feito pelos

professores e alunos, que faz parte da formação, deveria ser gratuito. Fizemos um requerimento, no ano passado, endereçado ao então reitor, doutor Turine, e também ao diretor da faculdade na época, o doutor Fabrício, para que informasse qual o valor que estava sendo cobrado; por que estava sendo cobrado; por que esse atendimento não é gratuito, em se tratando de uma faculdade de universidade federal. Por incrível que pareça, acho que o requerimento bateu lá e foi para o arquivo, porque não veio resposta até hoje. Estou reiterando o pedido e gostaria de pedir a Vossa Excelência, que é médico veterinário e atuante nessa causa, que assinássemos juntos. Aqueles parlamentares que quiserem assinar o requerimento, para ganhar força, para que possamos ter as informações... Quais os tipos de atendimentos públicos oferecidos pela Famez? Quais são os valores cobrados por consultas, internações, procedimentos e medicamentos? Há algum subsídio governamental para as pessoas de baixa renda? Eu tive um relato de uma aluna, que fazia estágio lá, que chega a ser triste e doloroso ver famílias voltarem para trás com o seu cão debaixo do braço, porque não têm dinheiro para pagar o valor cobrado por uma universidade federal, que deveria fazer o atendimento gratuito. Essas perguntas são importantíssimas e precisamos das respostas para procurarmos resolver a situação. O que podemos fazer? Eu sei que se trata de uma universidade federal, mas, o que nós podemos fazer para que esses atendimentos sejam gratuitos? Até porque, volto a repetir, são para as famílias de baixa renda e são atendimentos feitos por alunos e professores, que fazem parte do curso de formação acadêmica. Não tem sentido ser cobrado. Essa é a reiteração do requerimento. Deputado, gostaria que o senhor assinasse junto comigo este pedido. Trago uma indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a restauração do pavimento asfáltico da rodovia MS-276, no trecho compreendido entre os municípios de Nova Andradina e Batayporã, assim como a implantação e instalação de taxas refletivas sobre as marcas longitudinais da via, a fim de melhorar a segurança e a trafegabilidade da rodovia que, atualmente, apresenta condições precárias. Entendo que esse trecho entre Nova Andradina e Batayporã é um dos piores trechos de rodovia do estado e precisa, urgentemente, ter reparos, porque é uma via de acesso ao Estado do Paraná e o pessoal segue sentido a Rosana, a Primavera e ao Estado de São Paulo. O volume de caminhões e veículos é muito grande, com inúmeros acidentes ocorridos nessa região. Portanto, é necessário, urgentemente, o recapeamento e sinalização. É só, senhor presidente. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados e toda população que se encontra em nossa Sessão na data de hoje. Cumprimento o nosso líder, deputado Londres Machado: seja bem-vindo, Londres! Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada a presente moção de congratulação ao secretário de Estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, eleito no dia 7 de fevereiro de 2025 para o cargo

de presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) para o biênio 2025-2027. O Comsefaz foi instituído pelo Protocolo de Cooperação Técnica, de 28 de setembro de 2012, tendo como objetivo principal promover a integração e a articulação entre as Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos estados e do Distrito Federal, fortalecendo a gestão fiscal, financeira e tributária das respectivas unidades federativas. O atual secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul sucede a Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, e assume a missão de liderar o Comsefaz em um momento estratégico para as finanças estaduais e para o fortalecimento do pacto federativo, o que indica a posição de alta relevância de Mato Grosso do Sul no cenário econômico e tributário nacional. Se aprovada, a moção deverá ser encaminhada para a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), avenida Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco II, Parque dos Poderes. Senhor presidente, quero reiterar a importância dessa eleição, porque é a primeira vez que o Estado de Mato Grosso do Sul consegue eleger um presidente no Comsefaz e justamente o nosso secretário Flávio César, que chegou há pouco na Secretaria de Estado de Fazenda! Ele era da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, ocupou outras posições, foi vereador e foi presidente da Câmara Municipal de Campo Grande. O seu talento, a sua capacidade de articulação, o seu diálogo técnico, a sua competência e a sua credibilidade com seus pares conseguiram torná-lo um líder entre todos os secretários de Fazenda, entre os vinte e sete estados e o Distrito Federal. Reitero que é um momento muito especial, em que está sendo discutido a reforma tributária nacional, extremamente complexa, que envolve inúmeros fatores e Mato Grosso do Sul, sob a liderança do nosso governador Eduardo Riedel, assumiu um protagonismo nacional e o Flávio César conseguiu se fazer líder justamente neste momento de grande impacto para a vida nacional e de grande impacto para os destinos de Mato Grosso do Sul. Como parlamentar, como vice-líder do governador, não poderia deixar de cumprimentar o nosso amigo Flávio César pela excelente e brilhante eleição no Comsefaz. A ele, os meus parabéns! Cumprimentando, também, o governador Eduardo Riedel, que tem se dedicado muito a esse tema vital para Mato Grosso do Sul e para o país, que é a reforma tributária. Sem mais, senhor presidente. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, aqueles que nos assistem tanto presencialmente como pela TV Assembleia, assessorias e imprensa presente, bom dia. Hoje, o expediente está grande, mas, vou tentar resumir: são cinco indicações, dois requerimentos e um projeto de lei. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Guilherme Alcântara Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística — e já vou ler todas [as indicações] sobre as estradas que precisam de atendimento emergencial —, solicitando: melhoramento, encascalhamento e atendimento emergencial na rodovia MS-340, que liga Bandeirantes aos municípios de Corguinho e Rio Negro; estudo de viabilização da pavimentação asfáltica da rodovia MS-380, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MS-379,

denominado "Ponta caí", e a BR-463, via Lagunita, totalizando um trecho de, aproximadamente, vinte e seis quilômetros; que seja atendido, com urgência, o trecho da rodovia MS-213, após o KM 70 até a divisa com o Estado de Mato Grosso, no município de Sonora, onde tem uma área grande de plantio de eucaliptos e as carretas que estão transportando os eucaliptos têm prejudicado muito a estrada; embora entendamos a necessidade também da retirada, mas a área também tem um plantio de cerca de trinta mil hectares de soja, cuja colheita está com dificuldade de ser retirada em função da falta de trafegabilidade da estrada em razão das chuvas; solicitando, também, a realização, com urgência, da Operação Tapa-Buraco, o encascalhamento e patrolamento, especificamente, no trecho de vinte quilômetros, que compreende o entroncamento da rodovia BR-163, sentido município de Camapuã. Diante da necessidade de providências imediatas, apelo à sensibilidade e à ação efetiva da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Projeto de lei que declara a utilidade pública da Associação Handebol Clube Pantaneiros, com sede no município de Coxim. Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Handebol Clube Pantaneiros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Coxim. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XX do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhado requerimento de informações deste Poder à senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, solicitando informações quanto à Lei nº 3.953, de 11 de agosto de 2010, que estabelece medidas importantes no combate ao abuso, à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao assédio sexual e moral, bem como à cultura do estupro por parte de pessoas jurídicas que recebem benefícios ou incentivos fiscais. Gostaria, especificamente, de que fossem fornecidas as seguintes informações: 1) o status atual da implementação das atividades de capacitação e sensibilização das empresas abrangidas pela lei; 2) os resultados obtidos até o momento com essas medidas, incluindo o número de empresas capacitadas, o impacto na identificação e prevenção de casos de abuso e assédio e quaisquer desafios enfrentados; 3) o processo de fiscalização das empresas quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas na lei, incluindo o número de empresas fiscalizadas e as medidas tomadas em caso de descumprimento. Essas informações serão de extrema importância para avaliar a eficácia da legislação em proteger nossas crianças e adolescentes, além de promover eventuais ajustes ou aprimoramentos necessários. Por último, senhor presidente, um requerimento para que seja disponibilizado, autorizado e reservado o Plenário Júlio Maia para o dia 18 de março do corrente ano, a partir das 19h, para a realização da Sessão Solene em Alusão ao Dia Estadual da Ordem DeMolay, instituído por meio da Lei nº 3.502, de 25 de abril de 2008, que inclui essa importante data para a comunidade no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, todos os presentes nesta Sessão e quem nos assiste. Não

vou ler, por ser muito longa, mas, trago uma representação ao Ministério Público Federal, novamente, sobre a questão da esculhambação geral, que são os fios instalados nos postes de energia, por todo Mato Grosso do Sul. Estive, semana passada, com o presidente da Energisa, para recomeçar as operações junto com a Polícia Civil... O objetivo dessa representação é que a Anatel, o órgão responsável pela fiscalização das empresas de telefonia e provedoras de internet, seja provocada pelo Ministério Público Federal para cumprir seu papel em Mato Grosso do Sul, já que há uma ausência completa da agência reguladora. Isso faz com que, hoje, a população assista — volto a dizer, não só em Campo Grande, mas, em todo Mato Grosso do Sul — a essa verdadeira esculhambação, que são esses fios colocados de qualquer jeito nos postes de energia. Fios que se referem à telefonia e à internet e alguns deles, inclusive, são de algumas empresas clandestinas. Então, o objetivo dessa representação é que a agência reguladora faça o seu papel e fiscalize essas empresas que não têm nenhum critério na colocação desses fios nos postes espalhados por todo Mato Grosso do Sul. Também trago uma indicação ao meu conterrâneo, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Dnit, solicitando a adoção de medidas urgentes de manutenção e recuperação de trecho da rodovia Ramon Gomes e da ponte da divisa Brasil/Bolívia. São, aproximadamente, mil e oitocentos metros da rodovia Ramon Gomes, trecho entre a rotatória até a fronteira Brasil/Bolívia, chamado Posto Esdras, onde fica um posto da Receita Federal, com a inclusão de uma faixa secundária para caminhões que aguardam para atravessar a fronteira e, também, a recuperação e reconstrução da ponte da divisa Brasil/Bolívia, já que essa ponte é muito estreita e existe um movimento muito grande de caminhões nesse local. Essa ponte é estreita, faz a fronteira entre os dois países, é importante que ela seja ampliada, alargada, porque já estamos sofrendo um gargalo naquela região. Além disso, solicitamos a implantação de iluminação pública na rodovia Ramon Gomes, trecho entre a Agesa e o Posto de Fronteira Esdras. Essa solicitação veio do prefeito de Corumbá, doutor Gabriel de Oliveira, já que a falta de investimento está levando a esse gargalo na infraestrutura, na região de fronteira. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, por adequação regimental, vou deixar a minha fala para o Grande Expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres deputados. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), e ao senhor Humberto de Mello Pereira, secretário executivo de Agricultura Familiar, Povos

Originários e Comunidades Tradicionais, para viabilização de aquisição de uma bomba d'água bifásica, potência 4,5, no assentamento Santa Irene, no distrito de Quebracho, no município de Anaurilândia. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo vereador Roney Pardini, do Republicanos. A comunidade depende fortemente da água para as necessidades básicas como beber, cozinhar e irrigar os cultivos; no entanto, devido à falta de uma fonte de água confiável, estão vivenciando dificuldades consideráveis. A atual situação não apenas traz sofrimento, mas coloca em risco a saúde e o bem-estar de todos os residentes. Diante desse cenário, solicito, encarecidamente e em situação de emergência, a aquisição de uma bomba d'água que possa atender às necessidades da comunidade do assentamento Santa Irene. Trago um projeto de lei que institui o Programa Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas e dá outras providências. Artigo 1° - Institui o Programa Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas com objetivo de promover a inclusão social, a autonomia econômica e o apoio às mães de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou doenças crônicas. O programa será regido pelas seguintes diretrizes: igualdade de oportunidade para mães atípicas no mercado de trabalho e empreendedorismo; promoção da dignidade humana e do bem-estar social; apoio à inclusão e ao desenvolvimento integral de suas famílias. São objetivos do programa: oferecer a capacitação gratuita em empreendedorismo, gestão e finanças para mães atípicas; disponibilizar linhas de crédito especiais com taxas reduzidas e prazos diferenciados; promover a criação de redes de apoio e cooperação entre mães atípicas empreendedoras; facilitar o acesso a benefícios fiscais e a isenções tributária para negócios liderados por mães atípicas; estabelecer parcerias com entidades privadas, organizações não governamentais e instituições de ensino para ampliar as oportunidades de capacitação de network. O Poder Executivo será responsável pela implementação e coordenação do programa, podendo celebrar convênios com outras entidades públicas e privadas para execução das ações previstas nesta lei. Para acessar os benefícios previsto nesta lei, as mães atípicas deverão comprovar: I) a condição de cuidadoras primárias de crianças ou adolescentes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou doenças crônicas; II) a formalização dos seus negócios por meio de cadastro como Microempreendedor Individual (MEI), microempresa ou empresa de pequeno porte. O presente projeto de lei visa atender a uma parcela significativa da população sul-mato-grossense que enfrenta desafios específicos: as mães atípicas. De acordo com os dados do IBGE, cerca de 8,7% da população de Mato Grosso do Sul acima de dois anos tem algum tipo de deficiência e muitas dessas pessoas são crianças e adolescentes que dependem integralmente dos cuidados de suas mães. Essas mulheres, além da jornada de cuidados intensivos e contínuos, precisam buscar renda para sustentar suas famílias, enfrentando barreiras estruturais no mercado de trabalho formal. O estímulo ao empreendedorismo surge como uma solução eficaz para promover autonomia econômica e inclusão social, permitindo que essas mães tenham uma fonte de renda flexível e adaptada às suas necessidades. No estado, o setor de micro e pequenas empresas representam 95% dos negócios formais, sendo um motor essencial para a economia local. Incentivar o empreendedorismo entre mães atípicas contribui para a formalização de negócios, geração de empregos e fortalecimento da economia estadual. Além disso, políticas de capacitação, acesso a crédito facilitado e redes

de apoio são fundamentais para reduzir a desigualdade e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Por fim, este projeto reconhece o papel essencial dessas mães na sociedade e busca emponderá-las, garantindo que possam conciliar suas responsabilidades familiares, com oportunidades de crescimento profissional e financeiro, sem comprometer sua dignidade e qualidade de vida. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e pela Rádio e TV Alems. Trago a proposição de um projeto de lei que assegura aos profissionais de saúde do sistema público de Mato Grosso do Sul o direito à meia-entrada na aquisição de ingressos para eventos artísticos, cinematográficos, teatrais e desportivos em Mato Grosso do Sul. Essa é uma categoria que a gente vem acompanhando e tendo um olhar de sensibilidade, de respeito e de acolhimento. Com esse projeto de lei, portanto, vai ficar assegurado aos profissionais de saúde do sistema público do estado o direito à meia-entrada na aquisição de ingressos para esses eventos já citados, em todo o estado. O benefício de que trata esta lei corresponde ao pagamento de 50% do valor do ingresso, sendo esse o mesmo preço praticado pelo público em geral, sem restrições de dias e horários. Para usufruir do benefício da meia-entrada, os profissionais da saúde deverão apresentar — no ato da compra e no momento de acesso ao evento — documento oficial de identidade com foto e alguns documentos também. É um projeto de lei que vai atender esse profissional de saúde da rede pública e vale destacar que são profissionais que atendem por meio do SUS, são médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, dentistas, fisioterapeutas e farmacêuticos. Na Ordem do Dia, vamos ter a aprovação, em primeira votação, de outro projeto de minha autoria, que também é destinado à categoria dos profissionais de saúde, inserindo no Calendário de Eventos de Mato Grosso do Sul a Campanha de Combate à Violência Contra os Profissionais de Saúde. Será a primeira votação e creio que os deputados serão sensíveis a isso. Por que estamos trazendo essa temática, deputada Mara Caseiro? Infelizmente, estamos vivenciando momentos em que os profissionais de saúde estão sendo muito atacados, estão sendo alvos de violência. No interior do estado, tivemos mais um caso; ontem, em Dourados, mais um médico foi agredido. Depois de ele prestar o atendimento, um paciente inconformado com o atendimento que recebeu, acabou por agredir o médico. Há cerca de quinze dias, uma técnica de enfermagem, em uma UPA de Dourados, teve uma fratura na coluna. Um paciente em surto... No mês de novembro, tivemos um médico que foi assassinado a golpe de faca no município de Douradina. Estamos vivenciando muitos relatos de profissionais de saúde que simplesmente estão querendo abandonar o serviço público, porque eles não têm segurança. Recentemente, apresentei nesta Casa de Leis um requerimento, solicitando ao Governo de Mato Grosso do Sul algumas explicações quanto a um plano de segurança específico para os profissionais de saúde. Esses profissionais trabalham salvando vidas, deixam suas famílias e cumprem, muitas vezes, um plantão exaustivo de vinte e quatro horas! Uma enfermeira tendo que atender, quatro, cinco, oito pacientes! E não podemos

deixar que a responsabilidade de tudo isso, de toda essa situação caótica da saúde — que não é uma realidade só em Mato Grosso do Sul, é em nível nacional e mundial — seja atribuída a quem está ali para salvar vidas, para cuidar. Estamos tendo uma inversão de papéis e, na verdade, tem que se cobrar, do poder público, o insumo, o aparelhamento, o profissional dentro das unidades de saúde. Apresentamos o requerimento e estamos reforçando essa solicitação ao Governo de Mato Grosso do Sul para que possa apresentar esse plano de segurança. Que tenhamos UPAs, postos de saúde em horários estendidos, segurança para esses profissionais. É inadmissível que, ao virmos cumprir nosso ofício... Imaginem como seria se ocorresse isso na Assembleia, onde temos segurança, temos todo um aparato, se viéssemos cumprir o nosso papel de representantes legítimos da população e, de repente, fôssemos agredidos. É uma questão de segurança para todas as categorias e vamos continuar batendo nesta tecla: esses profissionais precisam de respeito, de segurança, de dignidade e, principalmente, suporte para poderem atender com qualidade e também para que possam cumprir com o ofício. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, todos da Mesa, deputados, deputadas e nosso líder, deputado Londres Machado. Tenho duas indicações e uma moção de pesar para apresentar. Indico à Mesa Diretora, em consonância com as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando que sejam realizados estudos e, posteriormente implementada, seleção por meio de concurso público exclusivo para mulheres, com objetivo de preencher as vagas de delegadas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam), no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a natureza das atribuições dos referidos cargos. Estou reiterando esse pedido, no sentido de podermos ter um advento, uma maneira para podermos preencher as vagas das nossas delegacias e também abrir outras Deams. Que tenhamos concursos públicos direcionados para as mulheres, para termos mais delegacias em nosso estado. Assim, já apresento outro pedido, no mesmo sentido, ao governador Eduardo Riedel, e também ao secretário de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a designação de uma delegada de polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Costa Rica. Esse foi um pedido formulado pela vereadora Rosângela Marçal Paes e vem no mesmo intuito do pedido para que possa ser feito esse levantamento para termos um concurso com vagas específicas para as mulheres delegadas em nosso estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se a senhora concordar, eu posso assinar junto essa indicação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Será um grande prazer, senhor presidente. Também tenho um requerimento. Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenário

Deputado Júlio Maia, no dia 20 de março de 2025, às 19h, para a realização de Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Artesão. Solicito a disponibilização dos serviços de som, cobertura de TV, segurança, Cerimonial, serviços gerais, copa, serviço de multimídia, informática, convites, troféus, dentre outros. Por último, uma moção de pesar. No dia 9 de fevereiro, tivemos a perda da querida amiga Terezinha dos Santos, a Terê, como a conhecíamos. Era uma das proprietárias da Rádio Pantanal, de Mundo Novo. Terê, junto com seu esposo, Valério de Medeiros, implantaram a primeira rádio em Mundo Novo e foram muito importantes para a comunicação do nosso estado. Ela nasceu em 29 de agosto de 1960, teve a carreira consolidada à frente das Rádios Pantanal e Fera FM, conectando, com amor e dedicação, o rádio com as necessidades locais, especialmente as da população residente no Cone Sul do estado. As rádios Pantanal e Fera FM não apenas levavam notícias e entretenimento, mas também se destacavam — e se destacam — pelo apoio a pequenas empresas, artistas e iniciativas de impacto social, sempre sob o olhar atento da empresária. Mãe de quatro filhos, Rafael, Ricardo, Valeska e Valério Júnior, por quem era adorada, também foi uma amiga querida, íntegra e trabalhadora. Teve uma longa existência, com muitas realizações, distribuiu o bem, colaborou para um estado melhor através das “ondas do rádio”, sendo nosso desejo que o sofrimento da perda seja amenizado pelo sentimento de gratidão. Ansiamos que a palavra de Deus sirva de conforto para todos aqueles que a amaram e vão continuar amando. "Ele enxugará dos seus olhos toda lágrima. Não haverá mais morte, nem tristeza, nem choro, nem dor, pois a antiga ordem já passou" (Apocalipse 21:4). Pelos motivos expostos, peço que sejam registrados nesta Casa Legislativa os sentimentos aqui externados, com a aquiescência dos ilustres parlamentares. Por fim, requeiro que seja encaminhada a presente moção à família enlutada. E deixo os meus sentimentos pela perda da nossa querida Terê, da nossa querida Mundo Novo. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, apenas para externar um convite a todos os parlamentares desta Casa e às pessoas que quiserem participar conosco: hoje, terça-feira, às 14h, na Assembleia Legislativa, na Sala Deputado Cabo Almi, haverá a primeira reunião da Comissão Temporária de Acompanhamento das Mães Atípicas de Campo Grande. Vários deputados são membros dessa comissão e estamos extremamente preocupados com a situação e com o descaso com essas mães no município de Campo Grande. Temos defendido a ideia de que não existe apenas mãe, ou cidadã, de Campo Grande, existe mãe, ou cidadã, de Mato Grosso do Sul. Esta Casa de Leis não pode se omitir diante de tamanho descaso e vamos acionar todos os órgãos públicos, todos os instrumentos, pedir ajuda ao Governo do Estado para que possamos encontrar um caminho para mitigar e reduzir o sofrimento dessas mães, que possuem filhos com deficiência, crianças com Transtorno do Espectro Autista, com síndrome de Down, com paralisia cerebral, muitas vezes acamadas, muitas vezes se alimentando com sonda nasogástrica e que, infelizmente, não conseguem alimentação, não conseguem medicamentos, não conseguem fraldas, não conseguem locomoção, não

conseguem a educação especializada, como preconiza, como manda a lei e todo o regimento do ordenamento pátrio deste país, para proteger a pessoa como deficiência, especialmente as crianças. Esta Casa de Leis vai fazer essa importante reunião e quero convidar todos os parlamentares, todas as mães atípicas e todos aqueles que se sensibilizam com esse caso tão importante, que tem agravado inúmeras mães em Mato Grosso do Sul. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de comunicar a Vossas Excelências a nova composição da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme deliberação dos líderes do Bloco 1, do Bloco 2 e da Bancada do PL, ficando a CCJR composta pelos seguintes deputados: Junior Mochi, Pedrossian Neto, Caravina, Paulo Duarte e Neno Razuk. Ficaram deliberados, conforme ata assinada: deputado Caravina, presidente; e deputado Junior Mochi, vice-presidente. Com relação às comissões permanentes, precisamos da CCJR primeiro e de alguns ajustes nas permanentes, que ainda estamos tratando com as lideranças. Inclusive, vamos tratar, de hoje para amanhã, sobre a Comissão Especial e sobre a Comissão de Educação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina, presidente da CCJR.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro, quero parabenizar a deputada Mara Caseiro pelo trabalho à frente da CCJR nos dois anos. Tive a oportunidade, nesse último ano, de ser membro da comissão e sei da habilidade, do trabalho, da dedicação, de como ela conduziu a presidência dessa importante comissão. Quero também agradecer a indicação do nosso bloco, na pessoa do líder, o deputado Jamilson Name, e agradecer a indicação dos demais colegas para assumir a presidência. Quero trabalhar como facilitador, auxiliando na agilidade, porque, sabemos que é na CCJR que ocorre o início de todos os projetos de lei que, posteriormente, viram as importantes leis para atender a população sul-mato-grossense. Já aproveitando, como estamos com vários projetos para serem deliberados na CCJR, quero convocar os novos membros para a primeira reunião, amanhã, às 8h, na sala da comissão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Cadê o Neno? 8h da manhã?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — 8h da manhã! Ao amanhecer!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela quantidade de projetos, acho que 7h seria melhor, deputado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Vamos começar às 8h, senão já começa com uma presidência muito radical. 8h está bom! Obrigado, senhor presidente. Só isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para agradecer a todos os membros da CCJR: ao deputado Junior Mochi, que era o meu vice-presidente; aos deputados Pedrossian Neto, Antonio Vaz e Caravina que, com certeza, deram-me toda sustentação. Tivemos um trabalho, fizemos o que esteve ao nosso alcance para dar agilidade, para poder também ter o diálogo quando havia alguma discordância dos nossos assessores com relação à constitucionalidade. Estou muito satisfeita, porque tivemos uma boa relação nesses dois anos, enquanto estive na CCJR e quero agradecer a confiança desta Casa por me permitir cumprir um papel, uma missão na CCJR e desejar aos novos membros que também tenham muito êxito e que continuem esse trabalho com responsabilidade e compromisso, como nós tocamos esses dois anos a comissão. Tenho certeza de que não será diferente. Apenas isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria aproveitar, deputada Mara Caseiro, presidente da Escola do Legislativo, para designar uma missão: gostaria que Vossa Excelência já anunciasse o projeto Parlamentar Jovem, que vamos fazer.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Quero dizer que este ano será um ano bastante ativo na Escola do Legislativo e também chamar todos os deputados para participarem, porque temos cursos, tem muita coisa para acontecer na escola e, principalmente, vamos resgatar, retomar o projeto Parlamentar Jovem. Este ano, já tivemos uma conversa...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parlamento Jovem!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Parlamento Jovem! Já tivemos uma conversa com o presidente do TRE e ele já se colocou à disposição. No ano passado, queríamos tê-lo retomado, mas, por conta do período eleitoral, não foi possível. Quero dizer que os projetos vão continuar e há muita coisa para acontecer na Escola do Legislativo. Senhor presidente, mais uma vez, obrigada a todos os pares e vamos continuar trabalhando. "É nóis"!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 00126/2025); um requerimento (Prot. nº 00094/2025); e um projeto de lei (Prot. nº 0128/2025). De autoria do deputado Coronel David: um projeto de lei (Prot. nº 00016/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 00120/2025, 00109/2025, 00090/2025). De autoria do deputado Caravina: cinco indicações (Prot. nºs 00130/2025, 00116/2025, 00114/2025, 00118/2025, 00117/2025); dois requerimentos (Prot. nºs 00131/2025, 00115/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00119/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: um requerimento (Prot. nº 00129/2025). De autoria do deputado Londres Machado: três moções de pesar (Prot. nºs 00107/2025, 00108/2025,

00106/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma indicação (Prot. nº 00125/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00110/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 00122/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 00122/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00133/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 00104/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00121/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas moções de pesar (Prot. nºs 00124/2025, 00123/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00112/2025, 0111/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Amanhã, às 8h da manhã, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O deputado Neno Razuk gentilmente cedeu a palavra, com divisão, ao deputado Junior Mochi e, depois, ao deputado João Henrique. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa para atender a uma demanda.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, deputados, deputadas, população presente e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor presidente, trago um tema aqui que não é novo. O ano é novo, mas, o assunto é velho. É um tema de extrema relevância para nós, diante dos fatos que vou mencionar agora. No último dia 17 de dezembro, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, convocou tão somente no seu site uma audiência pública em Mato Grosso do Sul, que foi realizada na sede da Fiems. Pois bem, senhor presidente, eu confesso que não leio o site da ANTT e, com certeza, nenhum dos deputados também acessa o site. Nenhum dos membros desta comissão, eleita por esta Casa, uma comissão temporária, recebeu o convite oficial para participar da audiência pública. Nenhum dos parlamentares federais — nem deputado federal, nem senador —, já que a concessão é federal, recebeu o convite para participar da audiência pública. Lá, eu tomei conhecimento... Porque, no final da tarde, um órgão de imprensa me ligou e falou: "O senhor é o presidente da Comissão de Acompanhamento da BR-163?" Falei que sim. "O senhor dá uma entrevista amanhã cedo, antes da audiência pública? Fiquei quieto e falei que sim. Desliguei o telefone, chamei minha secretária e disse: como é que não está na minha agenda a audiência pública? Ela falou: "Mas ninguém chegou até nós!" Fomos consultar, pedi e ela ligou para o gabinete do deputado Hashioka, que também faz parte da comissão, que também não tinha tomado conhecimento. Cheguei à audiência no outro dia, peço para me inscrever, para falar, e havia apenas umas vinte, trinta pessoas. Representando o Estado, estava o secretário Jaime Verruck e estávamos, tão somente, eu e o deputado Hashioka. Não pudemos nem lamentar, porque eu sei que não foram convidados para estarem presentes. Ao usar a tribuna, fiz um protesto, lamentando a ausência, porque, para discutir um assunto tão importante, que era a apresentação do projeto aprovado pelo TCU de repactuação do contrato de concessão da BR-163, não havia ninguém! Havia os membros da CCR MSVia, mais alguns membros... Não havia vinte pessoas para discutir um tema tão relevante para Mato Grosso do Sul e que estamos abordando desde o ano passado e disse: vocês não têm nenhum interesse de que esta audiência seja pública, aqui temos vinte pessoas, estou aqui e não me sinto representante de toda a sociedade; criamos uma comissão para discutir o assunto, para apresentar alternativas e soluções e estamos aqui apenas eu e o deputado

Hashioka. Então, o primeiro protesto foi lamentar a forma como a ANTT... E disse: quero aqui perguntar quem dos presentes lê e fica visualizando o site da ANTT, para saber se houve ou não a convocação de uma audiência pública? Do ponto de vista legal, eles podem até ter cumprido o que diz a legislação. Colocaram o edital, convocaram a audiência pública, mas, na verdade, a audiência pública, em tese, por uma questão de representação e de legitimidade, tinha que ter sido realizada nesta Casa. Na primeira audiência, eles vieram para esta Casa, pediram o Plenário desta Casa para fazer a audiência pública. Não saíram satisfeitos, porque todos os que estavam aqui manifestaram-se contrários à proposta que foi apresentada. [Devem ter pensado assim]: "Agora vamos fazer a audiência pública em outro lugar, em outro espaço, onde não haverá quase ninguém, vamos apresentar e cumprir com a formalidade de lei". Estava presente o presidente da ANTT e, além do protesto pela forma, também fiz uma observação, falei: quantas vidas vocês estão esperando serem ceifadas na rodovia para, simplesmente, determinarem que a empresa — sei lá quem presta serviço para vocês — religue as lombadas eletrônicas, a sinalização eletrônica na rodovia? Fiquei sabendo que o contrato da empresa venceu em outubro, ou novembro, e desligou... De lá para cá, aumentou, e muito, o número de mortes e, coincidentemente, no dia anterior, estava em Coxim e, no mesmo dia, duas pessoas morreram. Semana passada foi uma comoção em Rio Verde, porque uma criança, cuja escola fica do outro lado da rodovia, foi atropelada por uma carreta. Os acidentes estão acontecendo todos os dias, sem ter a preocupação... Na hora, a resposta do presidente é que em janeiro estaria religado. Isso foi no dia 17 de dezembro, já estamos no dia 11 de fevereiro e a situação está do mesmo jeito. Não houve religação, não houve nada! É um total desrespeito ao cidadão de Mato Grosso do Sul o que essa concessionária tem feito conosco. Além disso, de forma muito clara, com os dados que retirei do site da própria ANTT, quero passar para os senhores os números e, da mesma forma que fiquei perplexo com esses dados, tenho certeza de que todos os que estão aqui também ficarão. Gostaria, apenas, que prestassem um pouquinho de atenção. Vejam bem, o contrato, a concessão da rodovia ocorreu em 12 de março de 2014. Lembrem-se disso. Nessa data, o compromisso era a duplicação da rodovia em cinco anos. Em 14 de setembro de 2015, um ano e pouco depois, a concessionária executou oitenta e seis quilômetros e trezentos e oitenta metros. Por quê? Porque para ela poder implantar e cobrar o pedágio, tinha que executar pelo menos 10%. Então, nesse período, como o trecho total é oitocentos e quarenta e cinco quilômetros, ela tinha executado os oitenta e seis quilômetros e começou a cobrar o pedágio. Em 2016, foram duplicados tão somente, durante todo o ano, desde 2015 até final 2016, mais treze quilômetros e quinhentos metros. Em 2017, duplicaram trinta e oito quilômetros e oitocentos metros. Em 2018, foram onze quilômetros e seiscentos metros. Daí para frente, mais nada, zero! Total de cento e cinquenta quilômetros e quatrocentos metros! Menos de 18% daquilo que foi pactuado e, pasmem os senhores, no levantamento que fizemos, vejam os recursos que foram liberados para essa concessionária. Empréstimo do BNDES, cuja liberação iniciou-se um dia depois que a concessão foi assinada em 2014, um empréstimo chamado empréstimo-ponte no dia 18 de setembro de 2014, de seiscentos e quarenta e seis milhões e seiscentos e trinta e seis mil reais. Em 2015, houve o repasse adicional do BNDES de duzentos e quarenta e oito milhões e oitocentos mil reais em junho de 2015. Em 2016, empréstimo de longo prazo do BNDES no valor de dois bilhões, cento e nove milhões, novecentos e quinze mil reais,

no dia 15 de abril de 2016. Também em 2016, empréstimo Finisa da Caixa Econômica Federal no valor de quinhentos e vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais. Ainda em 2016, repasse da Caixa Econômica/BNDES no valor de duzentos e dez milhões e outro empréstimo no valor de cento e quarenta e sete milhões. Em 2017, houve o aporte de mais cento e sete milhões. Valor total captado: três bilhões, novecentos e noventa e seis milhões, noventa e quatro mil reais. Chequem no site da ANTT — isso tudo foi estudado e retirado do site, todos os dados com relação à concessão dessa rodovia — e pasmem! Vejam quanto foram os valores investidos, essa informação também está no site. Em 2014, cento e noventa e três milhões, vinte e quatro mil reais. Em 2015, seiscentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais. Em 2016, quinhentos e cinquenta e três milhões e duzentos e sessenta mil reais. Em 2017, trezentos e seis milhões, setecentos e setenta e um mil reais. Em 2018, cento e quarenta e seis milhões e seiscentos mil reais. Em 2019, vinte e seis milhões, quatrocentos e três mil reais. Em 2020, trinta e nove milhões e novecentos mil reais. Em 2021, vinte milhões de reais. Em 2022, trinta e oito milhões de reais. Em 2023, trinta e nove milhões de reais. Total investido na rodovia até o final de 2023; um bilhão, oitocentos e setenta e um milhões, trezentos e oitenta e quatro mil reais. Vamos voltar um pouquinho atrás, quando eu disse que foi liberado, até 2017, o valor de três bilhões, novecentos e noventa e seis milhões; e até 2023 foram investidos um bilhão, oitocentos e setenta e um milhões de reais. E mais, senhores, sabem quanto foi faturado de pedágio nesse período que estão cobrando? Em 2014, cento e quarenta e nove milhões de reais. Em 2015, quinhentos e oitenta milhões, duzentos e nove mil reais. Em 2016, setecentos e cinquenta milhões, quinhentos e dez mil reais. Em 2017, quinhentos e um milhões, novecentos e onze mil reais. Em 2018, quatrocentos e dezoito... E aí vem, duzentos e noventa e um milhões, trezentos e onze mil reais... Até 2023, a receita líquida foi três bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões de reais! Portanto, eu vou dizer aos senhores, vou repetir tão somente o que disse o relator no processo do Tribunal de Contas da União: "Aprovar a repactuação é premiar a inadimplência". Houve seis votos contrários e nós podemos nos indignar diante do parecer do TCU! Não dá! Os dados estão lá no site da ANTT, se pesquisarem, vão achar os números que estou mencionando. Minimamente, temos que ter um esclarecimento claro, quem pagou isso que está aqui? A sociedade sul-mato-grossense quando passa nos pedágios! Não podemos ficar inertes diante dessa situação e aceitar o que está posto, o que está colocado. "Porque é melhor, pelo menos, vamos ter estrada, vamos duplicar". Eles deveriam ter feito minimamente... Quando a concessão foi aprovada, se o projeto fosse da repactuação, se soubéssemos que seria assim, que era isso que teríamos, ótimo! O que não dá para aceitar é dez anos depois... Depois de vencido cinco anos, sem duplicação, nós termos um absurdo desse. Venho trazer esse problema, porque é uma indignação. Na semana em que morreu essa criança, foi no último final de semana, as mães e algumas pessoas me ligaram, porque há uma escola do outro lado, os alunos têm que atravessar a BR todos os dias, eles vão ter que disponibilizar um ônibus só para atravessar, para não ter que correr o risco. No dia em que estava em Coxim, aconteceram os dois acidentes. Um deles foi com uma pessoa extremamente conhecida, que vende salgado, tinha ido ao Posto Taquari; quando ele voltou, parou na BR, a parte de trás de um caminhão, porque agora esses "treminhões" são mais soltos na traseira... Pega o motociclista, roda, passa por cima... Até houve gente que foi filmar... O

coração do cara saltou na rodovia e esse vídeo ainda espalhou para todo lado. É um absurdo o que está acontecendo. Vou encerrar, eu sei que o senhor já está colocando tempo, peço desculpas.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permita-me um aparte, senhor presidente?

PRESIDNETE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Nesse período não dá mais para conceder o aparte, tem quarenta e sete segundos só. Trinta e três agora.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não! São 10h55min, presidente.

PRESIDNETE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Seu tempo foi dado pelo Neno Razuk, dividido por dois, com o deputado João Henrique. Desculpa, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, deputado Paulo Corrêa, estou inscrito e gostaria de ceder esses quatro minutos que faltam para o deputado ouvir o aparte da deputada Mara...

PRESIDNETE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quando o deputado Neno Razuk cedeu, deputado Pedro Kemp, o tempo foi dividido por dois.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Perdoe-me, deputada Mara...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Estou cedendo os quatro minutos...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Entendo, perfeitamente, e quero concordar com todo o seu pronunciamento. Não podemos fechar os olhos com relação a essa rodovia BR-163. Chega de perder vidas e não cumprir o contrato, não fazendo a duplicação! E nós perdemos vidas na BR-163, deputado Junior Mochi. Acabei de perder um grande amigo na rodovia, no trecho entre Eldorado e Mundo Novo. Um pai de família, um menino de apenas trinta e sete anos que voltava para sua casa e, por conta de um buraco — que tinha pedido para ser fechado —, numa ponte, aonde não tinha para onde ir, perdeu a sua vida. Detalhe: perdeu a vida e, depois do acidente, foram lá rapidinho fechar o buraco. É um descaso o que tem acontecido com a BR-163 no Estado de Mato Grosso do Sul. Isso me deixa indignada assim como Vossa Excelência está indignado. “Sem duplicação, pedágio, não”.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Quero agradecer a oportunidade, agradeço ao deputado Neno, que concedeu a fala, e peço desculpas ao deputado João Henrique. Desculpe-me. Um abraço.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou compensar o tempo do deputado João Henrique. Vou "entrar um pouquinho nas 11h", porque não dá para

cercear um aparte desse, da deputada Mara Caseiro. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, a esquerda tem uma pauta muito bem montada, muito bem arquitetada, muito bem definida, que é a vontade de colocar as câmeras chamadas “bodycams” nos militares da segurança pública. Segundo eles, essa seria uma maneira de avaliar o trabalho dos militares e da segurança pública, possibilitando a realização imediata de auditoria, de evolução. Essa mesma pauta deles não se aplica ao trabalho dos professores, que também permitiria ser auditado. Essa pauta vai além, essa pauta tem a intenção de proibir os alunos de levarem celular para dentro das escolas. Se fosse levado à risca, não veríamos — peço para colocar no telão — o que um celular na mão de um aluno pôde mostrar para o Parlamento, para a sociedade, um professor da Rede Municipal Ensino mostrando para os alunos de sete anos de idade como que se veste, "montada de travesti". Um homenzarrão querendo levar a ideia para os alunos de sete anos de idade que o professor, homem, precisa ter... [apresentação do vídeo]. Pode pausar, por favor. Congela na imagem da criança de sete anos de idade. Quero fazer algumas reflexões, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, como conteúdo criminoso, deputado Coronel David... Aliás, é uma interferência ideológica e a decisão da educação sexual, cada vez mais, é dos pais, é da família. Quero saber — e quero oficiar a rede pública, a Comissão de Educação da Assembleia também — quem é esse professor? Quero saber quem é esse diretor, que permitiu que um professor entrasse dentro da sala de aula da Escola Licurgo, na Vila Nasser, fantasiado de travesti. Quer dizer que essa é a nova vestimenta? Esse é o "dress code", esse é o uniforme para uma criança de seis, sete anos de idade? É você mostrar o professor de saia e de teta? O que é isso? Isso é uma decisão familiar! A criança... O pai que decidir mostrar e ter isso... Isso está no plano de ensino? Isso está no conteúdo programático? O que isso contribui com a educação, com conhecimento científico? Se fosse em uma escola particular, onde estaria esse professor agora? Quem gostaria de matricular [seu filho nessa escola], independentemente de ser particular ou pública? A esquerda tem um respeito muito grande pela comunidade, pelas APMs. Quero saber se os pais dessa comunidade escolar gostariam de ver e de receber todos os professores vestidos "ao contrário". Quero saber se isso foi aprovado. Em que momento o secretário municipal de Educação teve esse conhecimento? Quero saber qual foi o debate que ele promoveu para essas crianças de seis e sete anos em Campo Grande, na Vila Nasser. Quero saber a respeito do poder de decisão da comunidade escolar que integra os pais. Quero ler, com todo respeito, o que reza o artigo 17 e o artigo 22 do ECA. O artigo 17 diz que: "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia dos valores, das ideias, crenças, dos espaços e objetos pessoais de todos". O artigo 22: "Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais". O pátrio poder e a decisão são constituídos à família, senhores. Eu quero saber se existe uma proibição para que os alunos possam... É o segundo dia de proibição [do uso de aparelhos eletrônicos, por causa da lei] que o Governo federal criou, proibindo celulares

nas escolas. Quero saber se, efetivamente, estivesse valendo essa proibição, quando é que ficaríamos sabendo? Eu quero lembrar a Vossas Excelências que esta Casa promoveu a retirada de um livro, na rede pública, que ensinava, estimulava as crianças a saberem o que tem por trás da ferramenta do professor e como era a utilização disso. Aí você permite esse tipo de material no conteúdo programático e permite um professor entrar fantasiado de travesti e querer ensinar alguma coisa às crianças que não seja do conteúdo, do plano de ensino. Isso é uma vergonha! Isso é um crime! Existe uma lei federal de classificação etária de qualquer conteúdo audiovisual. Esse conteúdo, retransmitido nas plataformas que o governo federal quer regulamentar, iria ter uma classificação etária proibida para as crianças de seis, sete anos que estão assistindo. Por quê? Porque o Supremo Tribunal de Justiça, ao definir o que é pornografia, definiu que não necessariamente você precisa ter uma genitália explícita para que seja considerado um conteúdo pornográfico para as crianças que repelem [sic], ou seja, é proibido assistir a isso na Netflix, no YouTube e nas plataformas sociais, mas, estamos vendo isso nas escolas e os caras estão de brincadeira, dizendo que isso é pauta e discurso ideológico de campanha. Agora, quero ver qual dos parlamentares aqui faria a matrícula? Muitos pais ligam para os gabinetes, pedem por logística, por estar perto dos trabalhos, por ser mais fácil, muitas vezes não têm a escolha e são obrigados a aceitar um negócio desse para o seu filho. Vai explicar o quê? Como que vai ser a conversa, senhores deputados? O diálogo no almoço: "O meu professor veio hoje de vestido e de teta". Um homenzarrão fantasiado na escola, ensinando publicamente e vinculando a página da sua rede social. O professor veio montada e não foi pronome neutro, não. Foi no pronome feminino, sem neutralidade. O professor veio montada. Explica isso para uma criança de seis, sete anos. Sem nenhum problema ver isso na rua. O que cada um faz da sua vida é cada vez menos interessante... A direita e a esquerda falam isso e se esquecem... Por exemplo, o Donald Trump, um dos maiores líderes da direita, hoje, mandou para a Venezuela um enviado para resolver a questão com Nicolas Maduro. Mandou um homossexual, pela sua competência, pela meritocracia. Vejam se ele foi "vestido de teta" conversar com o Nicolás Maduro.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito, deputado Coronel David!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Primeiro, deputado João Henrique, gostaria de cumprimentá-lo pela sua fala e acho extremamente importante o senhor trazer esse assunto ao conhecimento desta Casa. Realmente, é algo com que estamos preocupados, porque é totalmente fora de sintonia com aquilo que esperamos de uma escola pública. Isso, na verdade, só reforça a necessidade de nós, realmente, implementarmos o projeto de lei que trouxe no início desta nova legislatura, para ser apreciado pela Casa, quanto à proibição, principalmente, de levar conhecimento de conotação sexual às crianças. Cumprimento Vossa Excelência e acho que temos que tomar uma providência, caso já não tenha sido tomada, até para evitarmos situações parecidas, para que não se tornem corriqueiras e normais. Infelizmente, há coisas que acontecem... E não dá mais para aguentar, como essa dificuldade de expor, de querer contraditar o outro

que pensa de forma diferente. Acho que o respeito tem que prevalecer e, nesse caso, com muita tristeza, vejo que essa situação não poderia mais acontecer dentro de uma escola pública, ou dentro de uma escola particular, levando uma informação totalmente errônea na formação cultural de educação das nossas crianças. Parabéns e me junto a Vossa Excelência no sentido de buscarmos a responsabilização para que tais atos não mais aconteçam.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência dispõe de um minuto e dez segundos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo a fala de Vossa Excelência, concedendo também o aparte ao deputado Professor Rinaldo, mas, sem antes... Pode me apartear.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Apenas para dizer que conheço a diretora — não sei se mudou —, a Claudeci é diretora da Escola Municipal Licurgo e acredito também que o Lucas, o secretário de Educação, e nem a prefeita coadunam com esse tipo de situação. Sempre digo, ao longo desses mandatos, que tem limite para tudo e uma criança, que está nessa fase de formação... Acho que também concordo com Vossa Excelência nessa questão e já mandei uma mensagem para ela, para ver se realmente procede, mas, acredito que isso é um caso isolado, mas, uma grande caminhada começa com o primeiro passo e é preciso que nós refutemos, de forma veemente, qualquer tipo de comportamento que deturpe a formação, principalmente, no momento mais importante da criança, porque é nessa idade... Então, eu quero me somar a Vossa Excelência e eu mandei uma mensagem para a professora, que acredito que ainda deve ser a diretora da escola, uma escola grande aqui de Campo Grande, na Vila Nasser, e sou parceiro dessa escola. Espero que num espaço curto de tempo a gente tenha a resposta, mas, quero acreditar que isso é um fato isolado, mas, a gente tem que combater...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, deputado, que o tempo já esgotou e é um assunto que merece até voltarmos, com as explicações. Vossa Excelência fez alguns questionamentos e quero pedir para os deputados deixarem os comentários para quando voltar o assunto, porque o tempo se encerrou e eu queria que Vossa Excelência concluísse.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou concluir. Agradeço e incorporo a fala de Vossa Excelência. Apenas gostaria de dizer aos parlamentares que estamos oficiando, cobrando todas as explicações quanto ao uso e divulgação da imagem de criança. Independentemente de estar acompanhada de um conteúdo pornográfico, é proibido! Depende de autorização dos pais, principalmente nas redes sociais. Segundo, a aprovação do conteúdo daquilo que foi ensinado nessa aula. Terceiro, a entrada desse professor. Quarto, o edital de contratação de qualquer funcionário público prevê algumas regras que são regidas pelos códigos, pelos regimentos dos servidores públicos que eu quero saber em que momento foi permitido a utilização desse tipo de uniforme, de vestimenta e todas

as violações, senhor presidente, ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Fiscalizaremos e com esse ofício, que deve entrar amanhã na pauta, obtendo essas respostas, levaremos às comissões responsáveis nesta Casa, aos vereadores da Câmara Municipal de Campo Grande que integram a base do nosso partido e, se necessário, ao Ministério Público, para que tomem providências e imediatamente suspendam a aula desse professor. Não é possível que ele esteja em perfeitas condições mentais para fornecer esse conteúdo imoral e ilegal, que constitui um abuso de direito a todas as crianças e à comunidade escolar, que — tenho a certeza absoluta disso — não aceitam esse tipo de aula dentro de uma escola, seja particular ou pública municipal, para essa faixa etária. Senhor presidente, obrigado pelo tempo de conclusão de fala.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrada a Ordem do Dia. Esse questionamento é regimental, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não! É um questionamento de legalidade, acho que, talvez, regimental. É pelo seguinte, presidente. Considero esse discurso como um discurso muito homofóbico. Hoje, o crime de homofobia é comparado ao crime de racismo e isso ocorreu na Assembleia Legislativa. Só queria registrar que uma mulher trans tem o direito de ser professora, tem o direito de ser deputada, tem o direito de ir e vir em qualquer lugar e a escola é um lugar para as mulheres trans. Inclusive, há muitas alunas que são trans e a transição de gênero não tem qualquer relação com a conotação sexual e gostaria de dizer também que conteúdo pornográfico não é permitido nem com autorização dos pais. Precisamos entender o que é homofobia e o que é educação! E o que vimos, hoje, foi um conteúdo homofóbico, criminoso que, inclusive, estimula a morte de mulheres trans no estado. Então, gostaria de fazer esse registro, porque vejo que isso também é de competência da Casa. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do secretário de Governo do município de Costa Rica, ex-vereador, professor Rayner Moraes Santos. Obrigado pela presença e seja bem-vindo à Casa da Democracia. Registro que, por solicitação do deputado Pedro Kemp, o Plenarinho receberá no dia 21 de fevereiro, com a aprovação de Vossas Excelências, a reunião ampliada do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e, no mesmo dia, por solicitação do deputado Neno Razuk, aqui no Plenário, acontecerá a audiência pública para tratar do assunto da pesca. Obrigado, deputado Neno Razuk, pela condescendência de poder ouvir todas as partes. Isso é democracia. Obrigado. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Só para falar da questão da audiência pública. Creio que é necessário ouvir todas as partes e espero que seja uma audiência na qual todos possam se pronunciar de forma democrática, sem ataques, para que possamos, juntos, formular essa alteração na legislação do estado, que seria importante para todos, sem machucar nenhuma classe. Conto com a colaboração de todos, inclusive dos deputados que se interessam pela causa, que atinge a todos os deputados desta Casa. Obrigado, senhor presidente.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, com todos os deputados presentes, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 277/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, a Campanha de Combate à Violência contra os Profissionais da Saúde, a ser realizada na semana do dia 18 de novembro de cada ano". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 277/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — Senhor presidente, computado o voto do deputado Renato Câmara, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Seis requerimentos; dezessete indicações e uma moção de congratulação. Em votação. Não havendo impugnação, dou-os por aprovados. Item 3. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Zélia Nolasco Freire; moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Marcia Beatriz Scherck Nogueira; moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Juliano Burghardt; moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do

falecimento da senhora Niva Nunes Ribeiro; moção de pesar, proposta pelo deputado Londres Machado, em razão do falecimento do senhor Braz Pereira de Brito; moção de pesar, proposta pelo deputado Londres Machado, em razão do falecimento do senhor Edom Carlos Gonzales; moção de pesar, proposta pelo deputado Londres Machado, em razão do falecimento do senhor José Evaldo Oliveira. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Reforço a convocação do presidente da CCJR, deputado Caravina, amanhã, impreterivelmente, às 8h... São vários projetos e quero dizer que, sobre as comissões de mérito, amanhã, teremos duas ou três comissões, pois já está ocorrendo a discussão sobre presidências e passaremos a lista para a confirmação das indicações pelos líderes. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Lembrando que na quinta-feira será o lançamento do Carnaval em Corumbá... Deputada Lia está convocada como destaque da bateria. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais a havendo a tratar, esperando um bom trabalho da CCJR, amanhã, esta presidência vai declarar encerrada a Sessão. Obrigado, senhor primeiro-secretário, até amanhã. Está encerrada a presente Sessão (11h20min).